



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SELICC



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

TIPO: Menor preço global **UASG:** 985903

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 470/2025

DATA DA ABERTURA: 15/06/2026 às 09:00 horas

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis, visando atender as demandas das Secretarias interessadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.205.034,89

RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível no PNCP, no Portal Oficial da Prefeitura (www.pmspa.rj.gov.br) e no site www.gov.br/compras/pt-br.

Daniella Pereira dos Santos da Cruz
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

PROCESSO Nº 470/2025

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/06/2026

HORÁRIO: 09:00 h.

CÓDIGO UASG: 985903

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, mediante o (a) Pregoeiro (a) e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria GAPRE nº 871, de 17 de junho de 2025. O (A) Secretário (a) Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, I, da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 57-B, da Lei Complementar nº 184, de 28 de dezembro de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 201, de 20 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento do tipo **menor preço global**, conforme o edital e seus anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 133/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com a condições estabelecidas neste Edital e anexos.

SECRETARIAS INTERESSADAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA.

O Município de São Pedro da Aldeia/RJ, utilizará o Portal de Compras do Governo Federal, para realização desta licitação. A licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão, conforme disposto abaixo:

ABERTURA DA SESSÃO: às 09:00 horas, do dia 15/06/2026.

RECEBIMENTO DA PROPOSTA: até às 09:00 horas, do dia 15/06/2026.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir 09:00 horas, do dia 15/06/2026.

1 – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis, visando atender as demandas das Secretarias interessadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta dos recursos aprovados para o exercício do ano de 2026, conforme abaixo:

SECRETARIAS
Secretaria Municipal de Turismo: Programa de Trabalho: 04.695.001.2.511, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 310
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer: Programa de Trabalho: 27.122.001.2.493, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 186
Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano: Programa de Trabalho: 15.451.001.2.515, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 399
Secretaria Municipal de Administração: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.006, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 44
Secretaria Municipal de Cultura: Programa de Trabalho: 13.122.001.2.496, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 249
Secretaria Municipal de Governo: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.021, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 151
Secretaria Municipal de Saúde: Programa de Trabalho: 10.301.061.2.174, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 1162 e 1163
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública: Programa de Trabalho: 06.122.001.2.504, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 735
Secretaria Municipal da Fazenda: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.117, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 664
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos: Programa de Trabalho: 08.244.001.2.160, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 1034, 907, 979, 958, 1043, 1909 e 979

Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho: Programa de Trabalho: 20.122.001.2.252, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 519
Secretaria Municipal de Serviços Públicos: Programa de Trabalho: 15.452.001.2.110, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 599
Controladoria Geral do Município: Programa de Trabalho: 04.124.001.2.018, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 118
Secretaria Municipal de Educação: Programa de Trabalho: 12.361.030.2.060, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 1407, 1441, 1504, 1574, 1540 e 1618
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.043, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 433
Procuradoria Geral do Município: Programa de Trabalho: 03.092.001.2.016, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 82
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca: Programa de Trabalho: 18.122.001.2.507, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00, Ficha: 707

2.2 O valor global estimado é de **R\$ 6.205.034,89 (seis milhões, duzentos e cinco mil, trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos).**

2.3 O valor estimado no Termo de Referência é apurado na fase preparatória da contratação, conforme requisitos do artigo 18 da Lei Federal nº14.133/2021. Na presente licitação, o valor de referência a ser considerado se encontra na Planilha de Composição de Preço (**Anexo II**).

3 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.2. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.4. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

4- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que estiverem previamente credenciadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando- se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Pedro da Aldeia, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.4. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública do Município de São Pedro da Aldeia, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, não podendo participar ainda as que:

- a)** estiverem incursas na pena do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- b)** aquele que não atenda as condições deste edital e/ou seus anexos;
- c)** aquele que esteja enquadrado em quaisquer das condições previstas no artigo 14 da lei 14.133/21;
- d)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

e) apresentarem propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 59, inciso III) da Lei 14.133/21;

f) estejam sob falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação;

g) forem estrangeiras e não satisfizerem a exigência estipulada no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21;

h) estiverem reunidas em Consórcio e os concordatários, devido à natureza do objeto licitado e ao valor a ser contratado.

4.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. No caso de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o mesmo impedimento se dará ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.8.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos e que estejam devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema na página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, na forma definida pelo item 4 deste Edital.

4.11. A participação na presente licitação implica aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura deste Pregão, conduzida pelo (a) Pregoeiro (a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Ao participar do pregão eletrônico, o licitante manifesta o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

6.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.5. Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Havendo divergência entre o descritivo dos itens no Compras.gov e o Edital, prevalecerá o do Edital e seus Anexos.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada em conformidade com o modelo de proposta de preços constante no **Anexo III** deste Edital e também respeitando os seus termos em geral e enviada exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

7.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá alterar ou retirar a proposta cadastrada no sistema eletrônico.

7.2.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.3. Os proponentes deverão apresentar suas propostas contemplando o percentual relativo à taxa de administração ofertada para a presente contratação, admitida a indicação de taxa igual a zero ou negativa, não havendo qualquer restrição quanto à sua formulação, desde que observada a exequibilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

7.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.4.1. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.4.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

7.5. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**. Será vedada a aceitação de propostas, cujo(s) preço(s) unitário(s) do(s) item (s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS – ANEXO II deste edital.

7.6. A licitante declarada provisoriamente vencedora deverá apresentar planilha detalhada com a formação de todos os seus custos, inclusive impostos, taxas, fretes, expedição (1ª e 2ª via, esta em caso de perda, roubo ou extravio), no prazo de 02 (duas) horas contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, bem como quaisquer outras despesas diretas ou indiretas incidentes sobre o objeto a ser contratado, não sendo lícito pleitear nada mais sob esse título, conforme modelo disponível no Anexo III – Planilha de Custo e Formação de Preços (para a vencedora).

8 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação expressa do fato aos participantes no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

8.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **aberto**, assim definido no inciso I art. 31 do Decreto nº 10.024/2019.

8.9.1. A etapa de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos**, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.9.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430/2023;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que tratam as cláusulas anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, através do sistema, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9 – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.3. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo de duas horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema Compras.gov, podendo ser prorrogado mediante solicitação encaminhada dentro do prazo inicialmente previsto e apresentação de justificativa, a qual será analisada pelo pregoeiro.

9.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.5. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos verificando-se os valores unitários estimativos da contratação.

9.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao limite estabelecido e praticados no mercado, com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021, ou com quantitativos inferiores ao máximo previsto neste Edital, em atendimento ao artigo 84, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.6.1. Conforme disposto no art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante melhor classificado, ao final da fase de lances, cuja proposta apresente valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela administração, deverá, no mesmo prazo da proposta readequada constante do item 10.3, apresentar demonstração detalhada de exequibilidade de sua proposta. A demonstração deverá conter, no mínimo:

- a)** Composição detalhada dos custos dos principais insumos e serviços que compõem a proposta;
- b)** Justificativas que comprovem a capacidade técnica, econômica e financeira de execução do objeto licitado nas condições ofertadas;
- c)** Outros documentos e informações que a administração julgar necessários para comprovar a viabilidade da proposta.

9.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir, não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro, bem como não apresentar a comprovação de exequibilidade, esta última quando exigida, com a convocação dos próximos licitantes na ordem de classificação.

9.8. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10– DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação da licitante com a melhor proposta será julgada com base nos documentos encaminhados durante a sessão pública, após convocação do pregoeiro, concomitantemente à proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2. O (A) Pregoeiro (a) verificará eventual descumprimento das vedações elencadas no item 4 deste edital, mediante consulta ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, IV, da Lei nº 14.133/21, e no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

10.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.3. Poderá a administração pública, a seu livre critério, proceder consulta complementar a outros cadastros análogos.

10.3. As consultas previstas na condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

10.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

10.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020.

10.6. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.7. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.8. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos dos itens abaixo:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia de documento de identificação oficial dos sócios, com foto.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.

d) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem.

e) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

f) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 68, II da Lei Federal 14.133/21);

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal nº 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 68, IV e V da Lei Federal 14133/21);

e) declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não empregando servidor público em seu quadro, conforme **Anexo IV**.

III - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação da capacidade técnica pela licitante, deverá ser apresentado atestado(s) ou declaração(ões) concedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no presente documento, com clara menção do produto, do serviço e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade.

IV - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (fotocópias autenticadas extraídas do Livro Diário) e devidamente revestidos de todas as formalidades legais extrínsecas e intrínsecas e dos padrões contábeis geralmente aceitos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados da respectiva memória de cálculo da atualização;

b) serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1) fotocópias autenticadas das Demonstrações Contábeis extraídas do Livro Diário com a devida numeração sequencial de páginas ou publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; art. 1.180 do mesmo diploma legal; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4) e Resolução CFC 686/90 (NBC T 3.1.1);

b.2) prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), conforme art. 1.181 da Lei nº 10.406/02;

b.3) assinatura do Contador e do representante legal da entidade no Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; §4º, art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4);

b.4) demonstrações de escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, conforme art. 1.179 da Lei nº 10.406/02; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.5);

b.5) será admitido balanço patrimonial gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

b.6) boa situação financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (ILC) decorrentes de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores ou iguais que 01 (um), conforme **Anexo VI**.

c) empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal deverão comprovar sua capacidade econômico-financeira, através do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou Sped, com seus balancetes mensais, da data de sua abertura até o mês que imediatamente antecede ao do certame, assinado pelo contador da empresa e por seu representante legal, sob pena de inabilitação, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92;

d) para comprovação da legitimidade das Demonstrações Contábeis, conforme orientações básicas do Tribunal de Contas da União, estas devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante (ou outro órgão equivalente), com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento para complementar a instrução do processo, conforme art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. É facultado ainda à Comissão de Licitação a promoção de diligência ou a solicitação de quaisquer outros documentos considerados necessários para esclarecer ou complementar a instrução do processo;

e) as demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade;

f) a critério da Administração Pública poderá ser exigido um capital mínimo ou de patrimônio líquido equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo com artigo 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica; ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física; ou Certidão Negativa de Distribuição e Certidão Negativa de Insolvência, expedidas pelo distribuidor da sede da Sociedade Simples.

h) No caso de Empresa em Recuperação Judicial, deverá ser apresentado plano de recuperação aprovado judicialmente, acompanhado de certidão de objeto e pé atualizada dos autos do processo em que se processa a referida recuperação judicial.

10.9. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

10.10. Os documentos remetidos por meio do Portal de Compras do Governo Federal poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.11. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, sito a Rua Marques da Cruz, nº 61, CEP 28941-086, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ.

10.12. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 – DOS RECURSOS E REABERTURA DA SESSÃO

11.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, para cada fase recursal, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

11.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza autoridade competente a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.3. Registrada a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. Não sendo o caso de retratação a ser realizado pelo pregoeiro, os recursos serão apreciados pela autoridade competente.

11.5. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.6.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.7. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.7.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.7.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do artigo 71, IV da Lei 14.133/2021.

13 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

13.2. O prazo para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

13.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

13.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

14 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da autorização de prestação de serviços, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 106 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15 – DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. A remuneração da Contratada será vinculada ao percentual da taxa de administração efetivamente ofertada na licitação, incidente sobre o valor dos abastecimentos realizados pela rede credenciada no âmbito da execução contratual, de modo que a variação dos preços praticados pelos postos credenciados repercutirá proporcionalmente na remuneração da Contratada, funcionando o percentual como mecanismo natural de atualização econômica da avença.

15.2. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias contados a partir da fiscalização da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

15.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a Contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, bem como encaminhar a nota fiscal à Secretaria gestora do contrato, devidamente atestada em 3 (três) vias por 2 (dois) servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato, acompanhada da ordem de prestação de serviços.

15.4. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a Contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS; bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

15.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

15.6. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de

fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

15.7. O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

15.8. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

15.09. A Nota fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ e deverá conter o detalhamento dos serviços executados, bem como a comprovação dos serviços, através de Notas de Serviços.

15.10. O pagamento mensal da prestação de serviços acima mencionado estará condicionado à efetiva prestação com apresentação do Relatório de prestação de serviços demonstrando o quantitativo de serviços executados.

15.11. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade na Nota Fiscal ou no boleto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o contratante notificará ao contratado para que proceda a devida correção, ficando o prazo de pagamento interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento pelo contratante dos documentos devidamente corrigidos.

15.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

15.13. O processo administrativo de pagamento deverá observar as normas e procedimentos constantes na Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 do Município de São Pedro da Aldeia.

16 – DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

16.1. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º

(trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.

16.2. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

17 – DO REAJUSTE E REVISÃO

17.1. Em virtude da variação dos preços praticados pelos postos credenciados repercutirem proporcionalmente na remuneração da Contratada, funcionando o percentual da taxa de administração como mecanismo natural de atualização econômica do contrato, a taxa de administração permanecerá fixa durante toda a execução contratual, não se aplicando o reajuste ordinário anual pelo IPCA ou outro índice setorial, evitando-se dupla recomposição econômica sobre a mesma parcela remuneratória.

17.2. Excepcionalmente, poderá ser promovida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante comprovação efetiva da ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem de forma extraordinária os custos da execução contratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18 – DA RESCISÃO

18.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafos 1º a 2º, do mesmo instrumento legal.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento desta licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

19.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa

hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

19.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

19.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 20.2 desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

19.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

19.8. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

19.9. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

19.9.1 A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

19.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, de acordo artigo 160 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Requisitar a prestação dos itens e do serviço, na forma prevista no Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de prestação de serviço executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao contratado, por eventual descumprimento contratual;
- f) Deverá fazer constar nos empenhos as quantidades fornecidas;
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- i) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido; e
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria interessada, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da

respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;

- b)** Executar o contrato na forma estabelecida no Termo de Referência;
- c)** Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 combinado com os artigos 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- d)** O dever previsto no subitem anterior, implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal Requisitante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o serviço com defeitos;
- e)** Comunicar à Administração, no prazo de pelo menos 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, bem como o credenciamento, descredenciamento, suspensão ou substituição de qualquer estabelecimento de sua rede credenciada, de forma que haja tempo suficiente para comunicação a todos os usuários;
- f)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i)** Manter durante o período de execução do serviço contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;
- j)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;
- k)** Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel execução do objeto deste contrato;

- l)** Arcar com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto do Termo de Referência, incluindo todos os custos e encargos;
- m)** Ficará a cargo da Contratada os custos com transporte do produto e locomoção de pessoal necessário à execução do serviço, bem como quaisquer despesas em relação ao objeto licitado;
- n)** A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber;
- o)** Serão incluídas como obrigação da CONTRATADA critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010);
- p)** Caberá à CONTRATADA exigir dos estabelecimentos credenciados a apresentação de todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes;
- q)** É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados postos com combustíveis de qualidade, que observem as normas da ANP;
- r)** A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, às solicitações formuladas pela Fiscalização do contrato quanto à substituição de postos não qualificados ou inadequados para a prestação dos serviços;
- s)** Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e artigos 63, IV e 92, XVII ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e
- t)** Manter as informações e dados desta Administração Pública e de seus servidores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21 – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

22. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. Verificar se os serviços prestados correspondem aos indicados na Nota Fiscal do produto e se os dados a correspondem ao produto recebido.

22.2. O recebimento do objeto licitado ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência;

b) Recebimento definitivo: no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da qualidade do serviço prestado, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

22.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o serviço poderá ser recusado de pronto, no todo ou em parte, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita a contratada.

22.4. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi prestado incorretamente, a fiscalização notificará por escrito a contratada para proceder à regularização.

22.5 Se a contratada não regularizar o serviço em desconformidade com as condições contratuais, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do serviço recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

22.6. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

23 – DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

23.2.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

23.2.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

23.2.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

23.2.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

23.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

23.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

23.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

24 – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

24.1. A CONTRATADA deverá implementar o serviço de gerenciamento do abastecimento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

25. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1. Os serviços serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com prazo de início a partir do recebimento da primeira ordem de serviço expedida pela CONTRATANTE.

26. DA FORMA DE FORNECIMENTO

26.1. A empresa contratada deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) postos credenciados no município de atuação, assegurando a disponibilidade contínua de combustíveis e a facilidade no atendimento, sendo que ao menos um deles funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia e obrigatoriamente esteja localizado a um raio de 10 (dez) km do Edifício-Sede da Prefeitura da Cidade de São Pedro da Aldeia.

26.2. O fornecimento de combustível se dará através de rede de postos credenciados pela CONTRATADA e deverá propiciar ao CONTRATANTE a gestão de todas as informações.

26.3. O serviço a ser fornecido e implantado se dará através de Sistema Tecnológico, devendo possibilitar o uso de aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços integrados a um sistema de pagamento com cartão, dotado de microchip e tarja magnética, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle on-line para toda a frota, por veículo.

26.4. O sistema permitirá o cadastramento de todos os veículos da frota municipal e a emissão correspondente de cartões, sem a fixação de limite numérico, ficando, entretanto, o quantitativo estritamente vinculado ao tamanho real da frota, vedado qualquer sobredimensionamento.

26.5. Os quantitativos de combustíveis estimados para cada secretaria, no âmbito da presente contratação, poderão ser remanejados pelo gestor do contrato, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal.

26.6. Não configura responsabilidade do município de São Pedro da Aldeia contratar a totalidade do valor indicado na estimativa do valor da presente contratação, sendo certo que a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando o CONTRATANTE adstrito a qualquer consumo ou cota mínima.

26.7. A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, durante todo o período de vigência contratual, os veículos que vierem a ser incorporados à frota do CONTRATANTE seja por aquisição, doação, cessão de uso ou locação.

26.8. O Combustível GASOLINA engloba os produtos COMUM e ADITIVADA.

26.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar em sua plataforma a relação atualizada dos postos que integram a rede credenciada, que deverá conter: nome fantasia, razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo e telefone.

26.10. Todos os postos que integram a rede credenciada, disponibilizada para atender à frota do município de São Pedro da Aldeia, deverão estar devidamente equipados para realizar transações de acordo com a solução tecnológica adotada pela CONTRATADA, especialmente quanto ao modelo de cartão fornecido aos veículos.

26.11. Os valores dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, ou do valor negociado diretamente com o estabelecimento, caso essa possibilidade tenha sido efetivada.

26.12. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes dos abastecimentos efetivamente realizados, não respondendo o município de São Pedro da Aldeia solidária ou subsidiariamente por este pagamento.

26.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, de forma presencial ou à distância, programa de capacitação de pessoal para o(s) gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema, num total de 05 (cinco) pessoas, incluindo:

- a) Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito;
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- d) Aplicação prática do Sistema; e
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

26.14. A CONTRATADA disponibilizará (via internet ou outro meio eletrônico) informações mensais dos preços praticados nos postos que abasteceram a frota, em R\$/Litro, por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, identificando o posto de abastecimento.

26.15. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como: falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, do qual conste informação do número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando

garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE;

26.16. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita o acesso através de ligação local, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

26.17. A CONTRATADA deverá fornecer os cartões magnéticos com microchip e/ou tarja magnético no prazo máximo de 15 (dez) dias contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

26.18. Os valores eventualmente despendidos de forma indevida por meio do cartão, em decorrência de abastecimento realizado por pessoal e/ou veículo não autorizado, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, uma vez que lhe compete a verificação prévia e obrigatória dos requisitos mínimos de segurança antes da autorização do abastecimento, tais como, entre outros, a identificação do veículo, conferência da placa, registro da quilometragem do último abastecimento, validação do usuário autorizado e a adoção dos demais mecanismos de segurança previstos.

26.19. Com base na Nota Técnica nº 8/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos de desempenho (SLA – Service Level Agreement) no fornecimento e operação do sistema informatizado de gestão de abastecimento:

Indicador	Meta Mínima	Fórmula de Cálculo	Notas
Disponibilidade do sistema (Web e App)	≥ 99% mensal	$DISP = (TH - TI) / TH \times 100$ Onde: TH = Total de horas do mês TI = Tempo de indisponibilidade não programada	Excluem-se interrupções programadas com aviso prévio
Tempo médio de resposta do sistema	≤ 3 segundos por operação	$TMR = \sum TRI / n$ Onde: TRI = tempo de resposta de cada operação = número de operações testadas	Medido em ambiente padrão de rede
Tempo máximo para suporte técnico (resolução de chamados)	≤ 4 horas úteis após abertura	$TMST = \sum TS / n$ Onde: TS = tempo decorrido até a resolução = número de chamados no mês	Atendimento via canal oficial de suporte
Tempo máximo para substituição de cartão defeituoso	≤ 7 dias úteis	$TMSC = \sum TD / n$ Onde: TD = tempo entre solicitação e entrega do novo cartão = número de substituições	Conforme item já previsto no TR

Atualização de relatórios e dados transacionais	D+1 (dia útil seguinte)	Avaliação qualitativa (cumprimento do prazo)	Deve ser garantida a atualização diária no sistema
---	-------------------------	--	--

26.20. O não atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste contrato sujeitará a CONTRATADA à aplicação de penalidades proporcionais, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As penalidades previstas nesta cláusula têm natureza de contramedida destinada a assegurar a adequada prestação dos serviços e a continuidade da atividade administrativa. As sanções previstas no item 8.2 e seguinte do Termo de Referência (**Anexo I**), observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

26.21. A taxa de administração, calculada pela Comissão de Análise e Captação de Preços, a ser aplicada sobre o montante de combustíveis utilizados no mês pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ é de 1,57%.

26.22. A taxa de administração a ser cobrada pela CONTRATADA, incidente sobre o montante referente aos produtos e serviços utilizados pelo município de São Pedro da Aldeia, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.

26.23. Na taxa de administração deverão estar incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente componham o objeto licitado, a exemplo de: instalação ou disponibilização de sistemas, instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, dispositivos eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia similar, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de operação, demais insumos, impostos, transporte, mão-de-obra, enfim, demais despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

26.24. É vedada à rede de postos credenciados a cobrança de valores superiores aos ordinariamente praticados aos demais consumidores finais no momento do abastecimento. Os preços cobrados da Administração Pública, em cada operação de abastecimento, deverão corresponder ao preço à vista de bomba vigente no respectivo estabelecimento no momento da transação, sendo vedada a adoção de preços diferenciados, majorados ou mais onerosos para os abastecimentos vinculados ao contrato administrativo.

26.25. A Administração contratante poderá realizar fiscalização permanente e concomitante dos preços praticados pelos postos credenciados, inclusive mediante consulta ao sistema de gerenciamento e confronto com os preços à vista afixados nas bombas, podendo determinar a substituição de qualquer estabelecimento que pratique preços em desconformidade com o disposto nesta cláusula.

26.26. Como parâmetro auxiliar de aferição da razoabilidade dos preços praticados pela rede credenciada, a Administração poderá utilizar os preços médios dos combustíveis divulgados periodicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o município de São Pedro da Aldeia/RJ e região, especialmente como instrumento complementar de controle da economicidade contratual e mitigação de riscos de sobrepreço durante a execução da avença.

27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 64, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021).

27.3. Fica assegurado à Autoridade Competente o direito de, no interesse da Administração Pública, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.

27.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

27.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

27.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

27.7. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

27.8. Quaisquer dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitados somente, através do Portal de Compras do Governo Federal, no campo próprio para formulação das perguntas.

27.9. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

27.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de São Pedro da Aldeia, sem prejuízo do disposto no art. No art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

27.11. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso, e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o **horário de Brasília/DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

27.12. A Administração Pública de São Pedro da Aldeia disponibilizara a íntegra do edital em meio eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e no Portal da Transparência do Município no site www.pmspa.rj.gov.br.

28 – INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Anexo III - Planilha de Proposta de Preços e Planilha de Custo e Formação de Preços

Anexo IV - Declaração que a Empresa não Possui Servidor Público em seu Quadro

Anexo V - Análise Econômico-Financeira

Anexo VI - Cronograma Mensal de Desembolso

Anexo VII - Minuta do Contrato

29 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

29.1. Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/2019, bem como as demais legislações pertinentes.

30 – DO FORO

30.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

São Pedro da Aldeia, 27 de maio de 2026.

Roberta Souza Pinto Etelvino
Matrícula nº 44006

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 470/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis, que tem como finalidade atender as demandas da Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura Abastecimento e Trabalho, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Governo, Secretaria de Meio Ambiente e Pesca, Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança e Ordem Pública, Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Turismo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os quantitativos pretendidos para a aquisição de combustíveis, são os expressos no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
Combustível Etanol	207286	L	79.270
Combustível Diesel S10	554063	L	411.100
Combustível Diesel Comum	96400	L	135.000
Combustível Gasolina	480696	L	348.004

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado em consonância à Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações correlatas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação pois a aquisição de combustíveis para a frota de veículos da prefeitura é essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população. Sem um fornecimento adequado de combustíveis, há o risco de paralisação dessas operações, comprometendo a mobilidade e a qualidade dos serviços essenciais oferecidos à comunidade. Além da necessidade operacional, garantir o fornecimento contínuo de combustíveis permite um melhor planejamento orçamentário e maior controle sobre os gastos públicos. A administração municipal pode evitar imprevistos financeiros decorrentes de flutuações de preços e escassez no mercado, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. Além disso, um controle rigoroso do abastecimento contribui para a transparência na gestão e evita desperdícios ou irregularidades no uso dos veículos públicos, tanto para atividades operacionais quanto administrativas. Por fim, a definição de um

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC

Proc. nº 470/2025

Folha nº 470

Rub. 

fornecimento adequado de combustíveis contribui para a otimização da logística municipal, garantindo que os veículos da frota estejam sempre disponíveis para atender às demandas da população e das operações internas da prefeitura. A regularidade no abastecimento é essencial para manter os serviços públicos operando sem interrupções, assegurando que as atividades da administração municipal sejam realizadas com eficiência, qualidade e comprometimento com o bem-estar dos cidadãos. O presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar e o objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica a seguir detalhada neste Termo de Referência, que está baseada na descrição da solução como um todo, indicada nos Estudos Técnicos Preliminares realizados pelo município de São Pedro da Aldeia.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis da frota municipal, por meio de sistema informatizado integrado, com acesso via plataforma web e aplicativo mobile, abrangendo todas as fases do ciclo de vida do objeto. A execução inicia-se com a implantação do sistema, cadastramento da frota e dos usuários, parametrização dos controles e fornecimento dos cartões magnéticos, seguindo-se pela operação contínua de abastecimento em rede credenciada, monitoramento das transações, emissão de relatórios gerenciais, suporte técnico e adoção de medidas de contingência para assegurar a continuidade dos serviços públicos. Ao longo da vigência contratual, a solução garante controle, rastreabilidade, segurança da informação e conformidade regulatória, contemplando, ao final do contrato, a disponibilização integral dos dados históricos das operações realizadas, em consonância o presente Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O serviço contratado consiste na disponibilização e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle on-line para toda a frota, por veículo, e que possibilite o gerenciamento, via web e aplicativo, dos abastecimentos de combustíveis e demais serviços integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético com microchip e tarja magnética.


4.2. O fornecimento de combustível se dará através de rede de postos credenciados pela CONTRATADA e deverá propiciar ao CONTRATANTE a gestão de todas as informações.

4.3. O serviço a ser fornecido e implantado se dará através de Sistema Tecnológico, devendo possibilitar o uso de aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços integrados a um sistema de pagamento com cartão, dotado de microchip e tarja magnética, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle on-line para toda a frota, por veículo.

4.4. O sistema permitirá o cadastramento de todos os veículos da frota municipal e a emissão correspondente de cartões, sem a fixação de limite numérico, ficando, entretanto, o quantitativo estritamente vinculado ao tamanho real da frota, vedado qualquer sobredimensionamento.


4.5. Os quantitativos de combustíveis estimados para cada secretaria, no âmbito da presente contratação, poderão ser remanejados pelo gestor do contrato, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 471
Rub. 

- 4.6. Não configura responsabilidade do município de São Pedro da Aldeia contratar a totalidade do valor indicado na estimativa do valor da presente contratação, sendo certo que a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando o CONTRATANTE adstrito a qualquer consumo ou cota mínima.
- 4.7. A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, durante todo o período de vigência contratual, os veículos que vierem a ser incorporados à frota do CONTRATANTE seja por aquisição, doação, cessão de uso ou locação.
- 4.8. O Combustível GASOLINA engloba os produtos COMUM e ADITIVADA.
A CONTRATADA deverá acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em razão de problemas com a qualidade do combustível fornecido, bem como aqueles que tiveram o cadastro suspenso pela Secretaria da Fazenda do Estado e divulgar a informação, imediatamente, à Fiscalização do contrato, além de providenciar o descredenciamento e a substituição por outro estabelecimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 4.9. A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, às solicitações formuladas pela Fiscalização do contrato quanto à substituição de postos não qualificados ou inadequados para a prestação dos serviços.
- 4.10. A CONTRATADA deverá fiscalizar todos os serviços prestados pela rede de postos credenciados, objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade.
- 4.11. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, credenciamento, descredenciamento, suspensão ou substituição de qualquer estabelecimento de sua rede credenciada, de forma que haja tempo suficiente para comunicação a todos os usuários.
- 4.12. É de responsabilidade da CONTRATADA não credenciar posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento da legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, INEA e ANP.
- 4.13. É de responsabilidade da CONTRATADA manter o credenciamento de postos, com combustíveis de qualidade, que observem as normas da ANP.
- 4.14. Os danos que porventura sejam acarretados aos veículos, em razão de utilização de combustíveis adulterados, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.15. Do Sistema: Web e Aplicativo Mobile
- 4.15.1. O sistema tecnológico integrado deverá viabilizar:
- 4.15.1.1. O pagamento do abastecimento de combustíveis, através de limite de crédito, a ser determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado, sem expressa autorização;
- 4.15.1.2. Cartão para cada veículo, com microchip e tarja magnética, validado por meio de senha, durante a execução da operação de abastecimento, realizada na rede de postos credenciados, do qual deverá constar a placa e modelo do veículo, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo, no ato do abastecimento, com agilidade e segurança, de forma a evitar utilizações não autorizadas e transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos;
- 4.15.1.3. O controle do limite de abastecimento diário por veículo será realizado pelo gestor do contrato mediante o sistema tecnológico, com configuração parametrizável de acordo com as características e necessidades de cada

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 472
Rub. 

veículo e ocorrência, podendo o gestor efetuar alterações a qualquer tempo, conforme a necessidade da Administração.

4.15.1.4. Substituir os cartões, sem ônus para a contratante, que tenham perdido a validade, que apresente dano físico que impeça sua correta utilização e os extraviados, furtados ou roubados, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da solicitação formal do Fiscal do Contrato, que será encaminhada por e-mail ou feita diretamente na plataforma online da contratada, quando da disponibilidade;

4.15.1.4.1. Durante o prazo máximo de 07 (sete) dias previsto para substituição de cartões de abastecimento extraviados, furtados, roubados, danificados ou vencidos, a contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar alternativa emergencial de abastecimento; de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos e evitar prejuízos à operacionalização da frota municipal. O abastecimento emergencial deverá respeitar os mesmos critérios de segurança, controle e rastreabilidade do sistema regular, garantindo a vinculação dos registros à placa do veículo, ao hodômetro e ao servidor autorizado.

4.15.1.5. O bloqueio, desbloqueio e troca de senha, de forma on-line;

4.15.1.6. A emissão de comprovante de abastecimento, contendo as seguintes informações:

4.15.1.6.1. Identificação do posto (Nome e Endereço);

4.15.1.6.2. Identificação do veículo (placa);

4.15.1.6.3. Tipo de Combustível e/ou serviço utilizado;

4.15.1.6.4. Odômetro do veículo, no momento do abastecimento;

4.15.1.6.5. A data e hora da transação;

4.15.1.6.6. Quantidade em litros;

4.15.1.6.7. Valor da operação;

4.15.1.6.8. Identificação do Condutor.

4.15.1.7. Os abastecimentos e uso de serviços realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA;

4.15.1.8. As interfaces com os usuários devem ser no idioma português (Brasil). O software deve possuir sistema de ajuda acessível aos usuários, possibilitando-o obter informações e orientações sobre o sistema de gestão de abastecimento;

4.15.1.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao serviço prestado, via internet, um relatório, que descreva todas as transações efetuadas no mês anterior, do qual deverão constar as seguintes informações:

4.15.1.9.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação;

4.15.1.9.2. Histórico das operações realizadas pela frota contendo: Data; Hora; Identificação do estabelecimento; Identificação do condutor; Identificação do veículo (placa); Odômetro do veículo no momento do abastecimento; Tipo de Combustível; Quantidade em litros; Valor unitário por tipo de combustível; Valor total da operação em R\$ (reais); Natureza do serviço utilizado.

4.15.1.9.3. Média de consumo por litro;

4.15.1.9.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo CONTRATANTE;

4.15.1.9.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC

Proc. nº 470/2025

Folha nº 473

Rub. 

- 4.15.1.9.6. Volume de litros e / ou m³, de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;
- 4.15.1.9.7. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros;
- 4.15.1.10. As informações disponibilizadas, via WEB e aplicativo mobile, deverão conter:
- 4.15.1.10.1. Registro informatizado dos dados de abastecimento, disponíveis para consulta via internet, no momento que se efetuar a operação on-line;
- 4.15.1.10.2. Relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;
- 4.15.1.10.3. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições: Para a frota: preço unitário limite por litro, quantidade mensal de litros; Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ por transação e em R\$/mês; Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.
- 4.15.1.10.4. Orientações acerca do cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
- 4.15.1.10.5. Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;
- 4.15.1.10.6. Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para o órgão gestor, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- 4.15.1.10.7. A exportação de dados, para o Software de Gestão de Frota do CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos TXT, XLS, PDF ou XML, com a possibilidade de inclusão de campos adicionais e personalizados, conforme necessidade específica e demanda formal da CONTRATANTE contendo, no mínimo, as seguintes informações: Nome, endereço e CNPJ completo do posto credenciado; Data do abastecimento; Quilometragem no momento do abastecimento; Tipo de combustível; Valor total do abastecimento; Valor unitário do abastecimento por litro; Quantidade de litros; Identificação do veículo; Identificação do usuário; Natureza de outros serviços utilizados; Valor unitário do serviço utilizado; Valor total do serviço utilizado.
- 4.15.1.10.8. O fornecimento para a CONTRATADA do cadastro dos postos credenciados com as seguintes informações: Nome Fantasia; Razão Social; CNPJ; Inscrição Estadual; Endereço; Bairro; Cidade; Telefone e Fax; Contato; CEP.
- 4.15.1.10.9. Garantia da segurança e integridade de todas as informações por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.
- 4.15.1.11. A CONTRATADA deverá fornecer, ao final do contrato, todos os dados armazenados das operações realizadas durante a execução contratual, por meio de mídia, podendo ser em HD (disco rígido), PEN DRIVE ou DVD, no formato de arquivos XLS e PDF.
- 4.15.1.12. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.
- 4.15.1.13. Para fins de comprovação da capacidade técnica da empresa, deverá ser apresentado atestado(s) ou declaração(ões) concedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no

presente documento, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade.

4.16. REDE CREDENCIADA FORNECIMENTO DE CARTÕES COM MICROCHIP E TARJA MAGNÉTICAS

4.16.1. Entende-se por rede credenciada, o conjunto de estabelecimentos, cujo ramo de atividade é o comércio varejista de combustíveis, previamente selecionados pela empresa prestadora do serviço de gestão de abastecimento e disponibilizados para a realização do abastecimento dos veículos do município de São Pedro da Aldeia.

4.16.2. A contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis deve garantir a ampla cobertura e eficiência na execução dos serviços. Para isso, a empresa contratada deverá possuir, no mínimo, dois postos credenciados no município de atuação, assegurando a disponibilidade contínua de combustíveis e a facilidade no atendimento, sendo que ao menos um deles funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia e obrigatoriamente esteja localizado a um raio de 10 KM do Edifício-Sede da Prefeitura da Cidade de São Pedro da Aldeia.

4.16.3. Com o objetivo de contribuir para a ampliação da rede de abastecimento e a otimização da logística operacional, recomenda-se que a empresa disponha de, ao menos, um posto credenciado nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, de modo a favorecer maior flexibilidade e agilidade no atendimento às demandas de abastecimento, especialmente em deslocamentos intermunicipais, não se configurando tal condição como requisito obrigatório para fins de habilitação ou execução contratual.

4.16.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar em sua plataforma a relação atualizada dos postos que integram a rede credenciada, que deverá conter: nome fantasia, razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo e telefone;

4.16.5. A CONTRATADA deverá providenciar para que os critérios de credenciamento dos postos de combustíveis à rede de estabelecimentos sejam públicos e abertos a novas adesões dos postos e redes que tenham interesse em se credenciar.

4.16.6. Todos os postos que integram a rede credenciada, disponibilizada para atender à frota do município de São Pedro da Aldeia, deverão estar devidamente equipados para realizar transações de acordo com a solução tecnológica adotada pela CONTRATADA, especialmente quanto ao modelo de cartão fornecido aos veículos;

4.16.7. Os valores dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, ou do valor negociado diretamente com o estabelecimento, caso essa possibilidade tenha sido efetivada.


4.16.8. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes dos abastecimentos efetivamente realizados, não respondendo o município de São Pedro da Aldeia solidária ou subsidiariamente por este pagamento.

4.17. IMPLANTAÇÃO

4.17.1. A CONTRATADA deverá implantar o serviço de gerenciamento do abastecimento em no máximo 10 (dez) dias, que começará a fluir a partir da data constante no Termo de Autorização de Início de Execução dos Serviços.

4.17.2. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 475
Rub. 

- 4.17.2.1. Cadastramento dos veículos da frota do município de São Pedro da Aldeia;
- 4.17.2.2. Cadastramento de todos os servidores que utilizarão o sistema informatizado;
- 4.17.2.3. Parametrização do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA com o sistema informatizado utilizado pelo CONTRATANTE;
- 4.17.2.4. Definição da logística da rede de postos credenciados;
- 4.17.2.5. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- 4.17.2.6. Fornecimento ao CONTRATANTE dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- 4.17.2.7. Treinamento dos servidores do CONTRATANTE que utilizarão o sistema informatizado, do Fiscal do Contrato e demais servidores que venham a ser indicados pelo município de São Pedro da Aldeia;
- 4.17.2.8. Fornecimento dos cartões para os veículos.

4.18. TREINAMENTO DOS GESTORES

- 4.18.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, de forma presencial ou à distância, programa de capacitação de pessoal para o(s) gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema, num total de 05 (cinco) pessoas, incluindo:
 - 4.18.1.1. Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito;
 - 4.18.1.2. Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;
 - 4.18.1.3. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
 - 4.18.1.4. Aplicação prática do Sistema;
 - 4.18.1.5. Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.
- 4.18.2. O treinamento deverá ser realizado no período das 10h às 16h, com carga horária mínima de 04 (quatro) horas, ou até o esgotamento da transferência das informações necessárias à utilização do sistema.
- 4.18.3. O treinamento poderá ser realizado por quaisquer ferramentas de comunicação a serem disponibilizadas pela CONTRATADA, desde que não haja prejuízo ao aprendizado dos participantes.

4.19. PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

- 4.19.1. A CONTRATADA disponibilizará (via internet ou outro meio eletrônico) informações mensais dos preços praticados nos postos que abasteceram a frota, em R\$/Litro, por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, identificando o posto de abastecimento.

4.20. SEGURANÇA NO FORNECIMENTO

- 4.20.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como: falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, do qual conste informação do número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 476
Rub. 37

4.20.2. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

4.21. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.21.1. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

4.21.2. Serão incluídas como obrigação da CONTRATADA critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010).

4.21.3. Caberá à CONTRATADA exigir dos estabelecimentos credenciados a apresentação de todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

4.21.4. É vedada à CONTRATADA o credenciamento de posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento da legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e INEA.

4.21.5. É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados postos com combustíveis de qualidade, que observem as normas da ANP.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A CONTRATADA deverá implementar o serviço de gerenciamento do abastecimento em, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.


5.2. A CONTRATADA deverá fornecer os cartões magnéticos com microchip e/ou tarja magnético no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

5.3. O treinamento dos gestores indicados pela CONTRATANTE deverá ser realizado no prazo máximo de 10 dias, contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

5.4. O prazo determinado para início da(s) etapas(s) poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

5.5. Os valores eventualmente despendidos de forma indevida por meio do cartão, em decorrência de abastecimento realizado por pessoal e/ou veículo não autorizado, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, uma vez que lhe compete a verificação prévia e obrigatória dos requisitos mínimos de segurança antes da autorização do abastecimento, tais como, entre outros, a identificação do veículo, conferência da placa, registro da quilometragem do último abastecimento, validação do usuário autorizado e a adoção dos demais mecanismos de segurança previstos.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 477
Rub. 

5.6. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

5.7. A remuneração da CONTRATADA será vinculada ao percentual da taxa de administração efetivamente ofertado na licitação, incidente sobre o valor dos abastecimentos realizados pela rede credenciada no âmbito da execução contratual, de modo que a variação dos preços praticados pelos postos credenciados repercutirá proporcionalmente na remuneração da contratada, funcionando o percentual como mecanismo natural de atualização econômica da avença. Em razão dessa característica, a taxa de administração permanecerá fixa durante toda a execução contratual, não se aplicando reajuste ordinário anual pelo IPCA ou outro índice setorial, evitando-se dupla recomposição econômica sobre a mesma parcela remuneratória. Excipionalmente, poderá ser promovida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante comprovação efetiva da ocorrência de fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem de forma extraordinária os custos da execução contratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1. Os cartões com microchip e tarja magnéticas devem ser mantidos em local seguro, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA) PARA O SISTEMA INFORMATIZADO

8.1. Com base na Nota Técnica nº 8/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos de desempenho (SLA – Service Level Agreement) no fornecimento e operação do sistema informatizado de gestão de abastecimento:

Indicador	Meta Mínima	Fórmula de Cálculo	Notas
Disponibilidade do sistema (Web e App)	≥ 99% mensal	$DISP = (TH - TI) / TH \times 100$ Onde: TH = Total de horas do mês TI = Tempo de indisponibilidade não programada	Excluem-se interrupções programadas com aviso prévio
Tempo médio de resposta do sistema	≤ 3 segundos por operação	$TMR = \sum TRI / n$ Onde: TRI = tempo de resposta de cada operação n = número de operações testadas	Medido em ambiente padrão de rede
Tempo máximo para suporte técnico (resolução de chamados)	≤ 4 horas úteis após abertura	$TMST = \sum TS / n$ Onde: TS = tempo decorrido até a resolução n = número de chamados no mês	Atendimento via canal oficial de suporte
Tempo máximo para substituição de cartão defeituoso	≤ 7 dias úteis	$TMSC = \sum TD / n$ Onde: TD = tempo entre solicitação e entrega do novo cartão n = número de substituições	Conforme item já previsto no TR
Atualização de relatórios e dados transacionais	D+1 (dia útil seguinte)	Avaliação qualitativa (cumprimento do prazo)	Deve ser garantida a atualização diária no sistema

8.2. O não atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste contrato sujeitará a CONTRATADA à aplicação de penalidades proporcionais, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As



penalidades previstas nesta cláusula têm natureza de contramedida destinada a assegurar a adequada prestação dos serviços e a continuidade da atividade administrativa. As sanções previstas observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. Disponibilidade do Sistema (Web & App).

8.2.1.1. Meta mínima: $\geq 99\%$ mensal.

8.2.1.2. Penalidade: desconto de 5% sobre a fatura mensal para cada redução de 0,5% na disponibilidade abaixo da meta, limitado a 20% do valor mensal.

8.2.1.3. Reincidência por três meses consecutivos: multa adicional de 10% sobre o valor global do contrato ou rescisão por inexecução parcial, a critério da Administração.

8.2.2. Tempo Médio de Resposta do Sistema.

8.2.2.1. Meta mínima: ≤ 3 segundos por operação.

8.2.2.2. Penalidade: Entre 3,1s e 5s: desconto de 2% da fatura mensal; Acima de 5s: desconto de 5% da fatura mensal.

8.2.2.3. Reincidência superior a 2 meses: obrigação de apresentação de plano corretivo aprovado pela Administração, sob pena de rescisão contratual.

8.2.3. Tempo Máximo para Suporte Técnico (Resolução de Chamados).

8.2.3.1. Meta mínima: ≤ 4 horas úteis após abertura.

8.2.3.2. Penalidade: multa de 0,5% da fatura mensal por chamado não resolvido dentro do prazo, limitada a 10% do valor mensal.

8.2.3.3. Mais de 5 ocorrências mensais: aplicação de advertência formal e exigência de medidas corretivas imediatas.

8.2.4. Tempo Máximo para Substituição de Cartão Defeituoso.

8.2.4.1. Meta mínima: ≤ 7 dias úteis.

8.2.4.2. Penalidade: multa de R\$ 100,00 (cem reais) por cartão entregue fora do prazo, limitada a 5% do valor mensal do contrato.

8.2.4.3. Em caso de reincidência em percentual superior a 10% dos cartões demandados no mês, será aplicado desconto adicional de 2% da fatura mensal.

8.2.5. Atualização de Relatórios e Dados Transacionais.

8.2.5.1. Meta mínima: até o dia útil seguinte (D+1).

8.2.5.2. Penalidade: 1ª ocorrência: advertência formal; Ocorrências subsequentes: multa de 1% da fatura mensal por atraso superior a 1 dia útil, limitada a 10% do valor mensal.

8.2.5.3. Reincidência grave: possibilidade de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.6. Além das penalidades específicas, a Administração poderá aplicar, conforme a gravidade da infração, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

8.2.6.1. Advertência;

8.2.6.2. Multa;

8.2.6.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração por até 3 anos;

8.2.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2.6.5. A aplicação de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA da obrigação de corrigir as falhas e de executar integralmente o objeto contratado.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos ou substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.7. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global.

10.2. Os proponentes deverão apresentar suas propostas contemplando o percentual relativo à taxa de administração ofertada para a presente contratação, admitida a indicação de taxa igual a zero ou negativa, não havendo qualquer restrição quanto à sua formulação, desde que observada a exequibilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

10.2.1. A taxa de administração, calculada pela Comissão de Análise e Captação de Preços, a ser aplicada sobre o montante de combustíveis utilizados no mês pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ é de 1,57%.

10.3. A taxa de administração a ser cobrada pela CONTRATADA, incidente sobre o montante referente aos produtos e serviços utilizados pelo município de São Pedro da Aldeia, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.

10.4. Na taxa de administração deverão estar incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente componham o objeto licitado, a exemplo de: instalação ou disponibilização de sistemas, instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, dispositivos eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia similar, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de

operação, demais insumos, impostos, transporte, mão-de-obra, enfim, demais despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

11. CONTROLE DOS PREÇOS PRATICADOS PELA REDE CREDENCIADA

11.1. É vedada à rede de postos credenciados a cobrança de valores superiores aos ordinariamente praticados aos demais consumidores finais no momento do abastecimento. Os preços cobrados da Administração Pública, em cada operação de abastecimento, deverão corresponder ao preço à vista de bomba vigente no respectivo estabelecimento no momento da transação, sendo vedada a adoção de preços diferenciados, majorados ou mais onerosos para os abastecimentos vinculados ao contrato administrativo.

11.2. A Administração contratante poderá realizar fiscalização permanente e concomitante dos preços praticados pelos postos credenciados, inclusive mediante consulta ao sistema de gerenciamento e confronto com os preços à vista afixados nas bombas, podendo determinar a substituição de qualquer estabelecimento que pratique preços em desconformidade com o disposto nesta cláusula.

11.3. Como parâmetro auxiliar de aferição da razoabilidade dos preços praticados pela rede credenciada, a Administração poderá utilizar os preços médios dos combustíveis divulgados periodicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o município de São Pedro da Aldeia/RJ e região, especialmente como instrumento complementar de controle da economicidade contratual e mitigação de riscos de sobrepreço durante a execução da avença.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de **R\$ 6.205.034,89 (Seis milhões, duzentos e cinco mil, trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos)**. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Combustível Etanol	79.270	L	R\$ 4,90	R\$ 388.423,00
Combustível Diesel S10	411.100	L	R\$ 6,33	R\$ 2.602.263,00
Combustível Diesel Comum	135.000	L	R\$ 6,55	R\$ 884.250,00
Combustível Gasolina	348.004	L	R\$ 6,42	R\$ 2.234.185,68
A - CUSTO TOTAL ESTIMADO DO COMBUSTÍVEL				R\$ 6.109.121,68

B – CUSTO TOTAL ESTIMADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (1,57%)	R\$ 95.913,21
--	----------------------


VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (A+B)	R\$ 6.205.034,89
--	-------------------------

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Controladoria Geral do Município: Programa de Trabalho: 04.124.001.2.018, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00

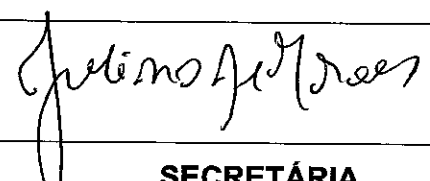

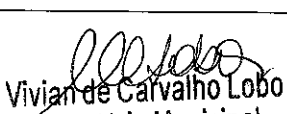

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 482
Rub. 

Procuradoria Geral do Município: Programa de Trabalho: 03.092.001.2.01/ 03.092.0001.2.40, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal da Fazenda: Programa de Trabalho: 04.122.001.117, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Administração: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.006, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho: Programa de Trabalho: 20.122.001.2.252, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos: Programa de Trabalho: 08.245.047.2.147, 08.245.051.2.153, 08.245.048.2.260, 08.243.054.2.167, 08.244.001.2.160, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Cultura: Programa de Trabalho: 13.122.001.2.496, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.043, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Educação: Programa de Trabalho: 12.366.027.2.079, 12.365.026.2.236, 12.367.026.2.450, 12.361.026.2.066, 12.365.026.2.076, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer: Programa de Trabalho: 27.122.001.2.493, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Governo: Programa de Trabalho: 04.122.001.2.021, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca: Programa de Trabalho: 18.122.001.2.507, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano: Programa de Trabalho: 15.451.001.2.515, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Saúde: Programa de Trabalho: 10.301.061.2.177, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública: Programa de Trabalho: 06.122.001.2.504, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Serviços Públicos: Programa de Trabalho: 15.452.001.2.110, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00
Secretaria Municipal de Turismo: Programa de Trabalho: 04.695.001.2.511, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.01.00

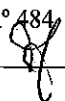
São Pedro da Aldeia, 18 de maio de 2026

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
	44864	
SECRETÁRIA	MATRÍCULA	RUBRICA
 Vivian de Carvalho Lobo Secretária Municipal de Licitações-PMSPA		

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 470/2025
Folha nº 484
Rub. 

ANEXO II – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS (PARA A VENCEDORA)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
Combustível Etanol	79.270	L		
Combustível Diesel S10	411.100	L		
Combustível Diesel Comum	135.000	L		
Combustível Gasolina	348.004	L		
A - CUSTO TOTAL DO COMBUSTÍVEL				
B – CUSTO TOTAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)				
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (A+B)				

Notas:

- * A taxa de administração a ser cobrada pela contratada, incidente sobre o montante referente aos combustíveis utilizados no mês pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.
- * A taxa de administração estimada pela Administração Municipal foi de 1,57%
- * O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto contratado.

ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA

Processo Adm: 470/2025

Nº Edital: 90019/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo de Licitação: Menor preço global

Data: 15/06/2026

Horário:

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível

Tipo de Benefício: -

Item	Produto	Und.	Qtd	Vi. Estimado	Vi. Total
1	combustível diesel comum	LT	135.000,00	6,5500	884.250,00
Descr:					
2	combustível diesel s10	LT	411.100,00	6,3300	2.602.263,00
Descr:					
3	combustível gasolina	LT	348.004,00	6,4200	2.234.185,68
Descr:					
4	combustivo etanol	LT	79.270,00	4,9000	388.423,00
Descr:					
5	Custo Total Estimado da Taxa de Administração (1,57%)	Unid	1,00	95.913,2100	95.913,21
Descr:					
				Valor Global	6.205.034,89

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS E
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____ Un. Gestora: PMSPA
Data: _____ Processo Adm: 470/2025
Endereço: _____ Nº Edital: 90019/2026
CNPJ: _____ Data: 15/06/2026
Inscrição Estadual: _____ Horário: _____
Inscrição Municipal: _____
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível

Tipo de Benefício: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor	Valor Total
1	combustível diesel comum	LT	_____	135.000,00	_____	_____
	Descr					
2	combustível diesel s10	LT	_____	411.100,00	_____	_____
	Descr					
3	combustível gasolina	LT	_____	348.004,00	_____	_____
	Descr					
4	combustivo etanol	LT	_____	79.270,00	_____	_____
	Descr					
5	Custo Total Estimado da Taxa de Administração (1,57%)	Unid	_____	1,00	_____	_____
	Descr					

Valor Total: _____

Por extenso: _____

Prazo de entrega do objeto conforme o edital

Validade da Proposta 60 dias

Condições de pagamento conforme o edital

Qualificação do representante legal:

Assinatura/Carimbo do Responsável

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS (para a vencedora)

À

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ

CNPJ.: 28.909.604/0001-74

Data: / /2026

Nome da Empresa:

CNPJ ou CPF:

Endereço:

E-mail e telefone:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
Combustível Etanol	79.270	L		
Combustível Diesel S10	411.100	L		
Combustível Diesel Comum	135.000	L		
Combustível Gasolina	348.004	L		
A - CUSTO TOTAL DO COMBUSTÍVEL				

B – CUSTO TOTAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	
--	--

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (A+B)	
---	--

Notas:

- * A taxa de administração a ser cobrada pela contratada, incidente sobre o montante referente aos combustíveis utilizados no mês pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.
- * A taxa de administração estimada pela Administração Municipal foi de 1,57%
- * O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto contratado.

Declaro que todos os custos com impostos, taxas estão inclusos nos valores unitários da presente proposta.

Validade da proposta: XX dias

(Assinatura)

Nome completo (sócio ou gerente)
Número do CPF
Carimbo de CNPJ

ANEXO V

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Pregão Eletrônico nº 90019/2026

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente (ILC), liquidez geral (ILG) e solvência geral (SG).

ILC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

ILG= $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Índice de Liquidez Corrente	Índice igual ou maior que 1,00
Índice de Liquidez Geral	Índice igual ou maior que 1,00
Solvência Geral	Índice igual ou maior que 1,00

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Local e Data

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assinatura do Contador

ANEXO VI

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Av. Marques da Cruz, 61

Centro

São Pedro da Aldeia - RJ

CNPJ: 28.909.604/0001-74

2026

Anexo III – Cronograma Mensal de Desembolso 2026

Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA														
01.00.00	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	964.659,23	1.025.038,19	1.043.292,30	1.067.163,05	1.107.883,75	1.197.750,11	1.183.708,49	1.131.754,50	1.196.345,95	1.286.212,31	1.106.479,58	1.731.331,63	14.041.619,08
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	964.659,23	1.025.038,19	1.043.292,30	1.067.163,05	1.107.883,75	1.197.750,11	1.183.708,49	1.131.754,50	1.196.345,95	1.286.212,31	1.106.479,58	1.731.331,63	14.041.619,08
2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA														
02.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.232.441,81	1.309.581,54	1.332.902,86	1.363.399,96	1.415.424,43	1.530.237,06	1.512.297,59	1.445.921,54	1.528.443,11	1.643.355,74	1.413.630,49	2.211.937,04	17.939.473,16
03.00.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	362.123,74	384.769,42	391.641,84	400.602,88	415.888,84	449.623,80	444.352,72	424.849,69	449.096,69	482.831,66	415.361,73	649.925,15	5.271.087,96
04.00.00	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	85.554,26	90.909,19	92.528,12	94.645,18	98.256,64	106.226,76	104.981,43	100.373,71	106.102,23	114.072,35	98.132,11	153.549,35	1.245.331,33
05.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	550.911,16	585.393,23	595.818,04	609.450,48	632.705,83	684.027,98	676.008,89	646.338,27	683.226,07	734.548,21	631.903,92	988.753,22	8.019.085,29
06.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	370.129,46	393.296,22	400.300,13	409.459,08	425.083,18	459.563,94	454.176,32	434.242,13	459.025,18	493.505,94	424.544,41	664.293,48	5.387.619,47
07.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	398.291,31	423.220,75	430.757,55	440.613,38	457.426,26	494.530,54	488.733,00	467.282,09	493.950,79	531.055,07	456.846,51	714.837,23	5.797.544,48
08.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	249.596,15	265.216,62	269.941,69	276.118,02	286.654,10	309.906,14	306.273,01	292.930,42	309.542,83	332.794,87	286.290,79	447.965,15	3.633.131,79
09.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	1.510.079,10	1.604.586,43	1.633.171,43	1.670.538,75	1.734.282,99	1.874.959,93	1.852.979,16	1.771.650,30	1.872.761,86	2.013.438,80	1.732.084,91	2.710.229,31	21.980.772,97
10.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	64.702,77	68.752,58	69.976,94	71.578,03	74.309,29	80.336,92	79.395,10	75.910,38	80.242,74	86.270,36	74.215,11	116.125,93	941.816,14
11.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	986.609,19	1.048.362,02	1.067.031,48	1.091.445,39	1.133.092,65	1.225.003,84	1.210.642,72	1.157.506,56	1.223.567,73	1.315.478,92	1.131.656,54	1.770.726,54	14.361.123,57
13.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E RENDA	224.547,55	238.602,20	242.851,28	248.407,77	257.886,49	278.805,04	275.536,51	263.442,98	278.478,18	299.396,73	257.559,64	403.008,92	3.268.523,29
14.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.479.043,46	2.634.209,21	2.681.119,78	2.742.464,38	2.847.111,05	3.078.055,42	3.041.970,36	2.908.455,65	3.074.446,91	3.305.391,28	2.843.502,54	4.449.287,61	36.085.057,67
14.02.00	FUNDO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.394.250,60	1.481.518,10	1.507.901,30	1.542.402,41	1.601.257,24	1.731.143,75	1.710.848,99	1.635.756,34	1.729.114,28	1.859.000,80	1.599.227,76	2.502.344,96	20.294.768,52
15.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	2.861.309,67	2.721.624,54	2.770.091,82	2.833.472,12	2.941.591,45	3.180.199,63	3.142.917,10	3.004.971,75	3.176.471,38	3.415.079,56	2.937.863,20	4.586.935,69	37.282.527,92
16.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA	187.544,99	199.283,61	202.832,50	207.473,35	215.390,10	232.861,54	230.131,63	220.030,95	232.588,55	250.059,99	215.117,11	336.598,21	2.729.912,52
17.00.00	SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	2.756.178,15	2.928.690,03	2.980.844,78	3.049.047,16	3.165.392,38	3.422.154,24	3.382.035,20	3.233.594,75	3.418.142,34	3.674.904,20	3.161.380,47	4.946.677,82	40.119.041,52
29.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS	156.953,90	166.777,80	169.747,82	173.631,68	180.257,10	194.878,72	192.594,09	184.140,97	194.650,25	209.271,87	180.028,64	281.694,56	2.284.627,39
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	15.570.267,27	16.544.825,49	16.839.459,36	17.224.749,92	17.882.010,02	19.332.515,25	19.105.873,92	18.267.300,48	19.309.851,12	20.760.356,35	17.859.345,88	27.944.890,17	226.641.444,99
3 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS D														
18.00.00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	5.950.032,65	6.322.451,00	6.435.042,59	6.582.277,75	6.833.443,61	7.387.740,69	7.301.131,77	6.980.678,77	7.379.075,79	7.933.376,87	6.824.782,72	10.678.879,56	86.608.917,77
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	5.950.032,65	6.322.451,00	6.435.042,59	6.582.277,75	6.833.443,61	7.387.740,69	7.301.131,77	6.980.678,77	7.379.075,79	7.933.376,87	6.824.782,72	10.678.879,56	86.608.917,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Av. Marques da Cruz, 61

Centro

São Pedro da Aldeia - RJ

CNPJ: 28.909.604/0001-74

2026

Anexo III – Cronograma Mensal de Desembolso 2026

Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL														
19.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	797.501,66	847.418,07	862.509,08	882.243,47	915.908,02	990.202,21	978.593,74	935.642,42	989.041,36	1.063.335,55	914.747,18	1.431.323,94	11.608.466,70
19.10.00	CONSELHO TUTELAR	43.215,30	45.920,18	46.737,94	47.807,31	49.631,54	53.657,42	53.028,38	50.700,91	53.594,51	57.620,39	49.568,64	77.561,08	629.043,60
19.20.00	CONSELHOS DOS DIREITOS	12.805,68	13.607,20	13.849,52	14.166,40	14.706,96	15.899,92	15.713,52	15.023,84	15.881,28	17.074,24	14.688,32	22.983,12	186.400,00
19.30.00	DIREITOS HUMANOS	59.794,38	63.536,97	64.668,45	66.148,07	68.672,15	74.242,51	73.372,14	70.151,77	74.155,47	79.725,84	68.585,11	107.316,55	870.369,40
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	913.317,02	970.482,42	987.764,99	1.010.365,25	1.048.918,67	1.134.002,06	1.120.707,78	1.071.518,94	1.132.672,62	1.217.756,02	1.047.589,25	1.639.184,69	13.294.279,70
5 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE														
20.00.00	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	5.348,90	5.683,69	5.784,91	5.917,27	6.143,06	6.641,35	6.563,50	6.275,42	6.633,57	7.131,86	6.135,27	9.599,99	77.858,78
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	5.348,90	5.683,69	5.784,91	5.917,27	6.143,06	6.641,35	6.563,50	6.275,42	6.633,57	7.131,86	6.135,27	9.599,99	77.858,78
6 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE														
21.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.140.684,81	11.837.991,14	12.048.804,68	12.324.483,93	12.794.760,29	13.832.611,56	13.670.447,30	13.070.439,53	13.816.395,14	14.854.246,42	12.778.543,86	19.994.853,53	162.164.262,19
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	11.140.684,81	11.837.991,14	12.048.804,68	12.324.483,93	12.794.760,29	13.832.611,56	13.670.447,30	13.070.439,53	13.816.395,14	14.854.246,42	12.778.543,86	19.994.853,53	162.164.262,19
7 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE														
22.00.00	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	88.707,23	94.259,50	95.938,10	98.133,18	101.877,74	110.141,58	108.850,36	104.072,82	110.012,46	118.276,31	101.748,62	159.208,18	1.291.226,08
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	88.707,23	94.259,50	95.938,10	98.133,18	101.877,74	110.141,58	108.850,36	104.072,82	110.012,46	118.276,31	101.748,62	159.208,18	1.291.226,08
8 - FUNDO DA PROCURADORIA GERAL														
23.00.00	FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	86.746,75	92.176,31	93.817,80	95.964,38	99.626,17	107.707,39	106.444,70	101.772,75	107.581,12	115.662,33	99.499,91	155.689,57	1.262.689,16
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	86.746,75	92.176,31	93.817,80	95.964,38	99.626,17	107.707,39	106.444,70	101.772,75	107.581,12	115.662,33	99.499,91	155.689,57	1.262.689,16
9 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO														
24.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.547.903,35	4.832.561,05	4.918.620,36	5.031.159,45	5.223.137,90	5.646.814,49	5.580.615,02	5.335.677,00	5.640.194,54	6.063.871,13	5.216.517,96	8.162.394,22	66.199.466,47
24.02.00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.434.071,08	7.899.376,84	8.040.050,68	8.224.008,77	8.537.819,63	9.230.367,73	9.122.157,09	8.721.777,72	9.219.546,67	9.912.094,78	8.526.998,56	13.342.372,12	108.210.641,67
	TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	11.981.974,43	12.731.937,89	12.958.671,04	13.255.168,22	13.760.957,53	14.877.182,22	14.702.772,11	14.057.454,72	14.859.741,21	15.975.965,91	13.743.516,52	21.504.766,34	174.410.108,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA
Av. Marques da Cruz, 61
Centro
SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ
CNPJ: 28.909.604/0001-74



Código	Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
TOTAL GERAL DA DESPESA:		46.701.738,29	49.624.845,63	50.508.575,77	51.664.222,85	53.635.620,84	57.986.292,21	57.306.499,83	54.791.267,93	57.918.312,98	62.268.984,38	53.567.641,61	83.818.403,66	779.792.405,89

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 470/2025
CONTRATO Nº xxxx/20xx

Por este Termo de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador (a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente denominado como **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede social à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tem como representante legal o Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A **CONTRATADA**, vencedora da licitação do tipo **menor preço global**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº xxx/20xx**, obriga-se a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento e fornecimento de combustíveis, visando atender as demandas das Secretaria interessadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO: O valor global deste contrato é de **R\$XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, para cobrir despesas com combustíveis, sendo o desconto percentual ofertado de **xxxxx% (xxxxxxxxxxxxxxxx)**, referente à taxa de administração para o respectivo gerenciamento.

Parágrafo Primeiro – O percentual de desconto ofertado engloba todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: A remuneração da Contratada será vinculada ao percentual da taxa de administração efetivamente ofertada na licitação, incidente sobre o valor dos abastecimentos realizados pela rede credenciada no âmbito da execução contratual, de modo que a variação dos preços praticados pelos postos credenciados repercutirá proporcionalmente na remuneração da Contratada, funcionando o percentual como mecanismo natural de atualização econômica da avença.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias contados a partir da fiscalização da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a Contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, bem como encaminhar a nota fiscal à Secretaria gestora do contrato, devidamente atestada em 3 (três) vias por 2 (dois) servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato, acompanhada da ordem de prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro - Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a Contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS; bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Parágrafo Quarto - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Quinto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sexto - O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

Parágrafo Sétimo - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: Verificar se os serviços prestados correspondem aos indicados na Nota Fiscal do produto e se os dados a correspondem ao produto recebido.

Parágrafo Primeiro - O recebimento do objeto licitado ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência;

b) Recebimento definitivo: no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após verificação da qualidade do serviço prestado, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

Parágrafo Segundo - Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o serviço poderá ser recusado de pronto, no todo ou em parte, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita a contratada.

Parágrafo Terceiro - Se após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi prestado incorretamente, a fiscalização notificará por escrito a contratada para proceder à regularização.

Parágrafo Quarto - Se a contratada não regularizar o serviço em desconformidade com as condições contratuais, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do serviço recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

Parágrafo Quinto - O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Sexto - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Sétimo - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Parágrafo Oitavo - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Parágrafo Nono - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da autorização de prestação de serviços, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 106 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafo 1º a 2º, da Lei citada.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento desta licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

Parágrafo Segundo – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

Parágrafo Terceiro – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Quarto – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quinto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 20.2 desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Sexto – O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Sétimo – O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo – Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à Contratada, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à Contratada serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF. (SUPRIMIDO O § ANTERIOR)

I. A Contratada deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

Parágrafo Nono – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, de acordo artigo 160 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Requisitar a prestação dos itens e do serviço, na forma prevista no Termo de Referência;

a) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

- b) Efetuar o pagamento por ordem de prestação de serviço executada;
- c) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- d) Aplicar penalidades ao contratado, por eventual descumprimento contratual;
- e) Deverá fazer constar nos empenhos as quantidades fornecidas;
- f) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- h) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido; e
- i) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria interessada, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida no Termo de Referência;
- c) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 combinado com os artigos 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- d) O dever previsto no subitem anterior, implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal Requisitante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o serviço com defeitos;

- e)** Comunicar à Administração, no prazo de pelo menos 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, bem como o credenciamento, descredenciamento, suspensão ou substituição de qualquer estabelecimento de sua rede credenciada, de forma que haja tempo suficiente para comunicação a todos os usuários.
- f)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- i)** Manter durante o período de execução do serviço contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;
- j)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;
- k)** Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel execução do objeto deste contrato;
- l)** Arcar com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto do Termo de Referência, incluindo todos os custos e encargos;
- m)** Ficar a cargo da Contratada os custos com transporte do produto e locomoção de pessoal necessário à execução do serviço, bem como quaisquer despesas em relação ao objeto licitado;
- n)** A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber;
- o)** Serão incluídas como obrigação da CONTRATADA critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010);

- p) Caberá à CONTRATADA exigir dos estabelecimentos credenciados a apresentação de todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes;
- q) É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados postos com combustíveis de qualidade, que observem as normas da ANP;
- r) A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, às solicitações formuladas pela Fiscalização do contrato quanto à substituição de postos não qualificados ou inadequados para a prestação dos serviços;
- s) Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e artigos 63, IV e 92, XVII ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e
- t) Manter as informações e dados desta Administração Pública e de seus servidores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Parágrafo Segundo - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Terceiro - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Quarto - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do

plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: A CONTRATADA deverá implementar o serviço de gerenciamento do abastecimento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO: A empresa contratada deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) postos credenciados no município de atuação, assegurando a disponibilidade contínua de combustíveis e a facilidade no atendimento, sendo que ao menos um deles funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia e obrigatoriamente esteja localizado a um raio de 10 (dez) km do Edifício-Sede da Prefeitura da Cidade de São Pedro da Aldeia.

Parágrafo Primeiro - O fornecimento de combustível se dará através de rede de postos credenciados pela CONTRATADA e deverá propiciar ao CONTRATANTE a gestão de todas as informações.

Parágrafo Segundo - O serviço a ser fornecido e implantado se dará através de Sistema Tecnológico, devendo possibilitar o uso de aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços integrados a um sistema de pagamento com cartão, dotado de microchip e tarja magnética, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle on-line para toda a frota, por veículo.

Parágrafo Terceiro - O sistema permitirá o cadastramento de todos os veículos da frota municipal e a emissão correspondente de cartões, sem a fixação de limite numérico, ficando, entretanto, o quantitativo estritamente vinculado ao tamanho real da frota, vedado qualquer sobredimensionamento.

Parágrafo Quarto - Os quantitativos de combustíveis estimados para cada secretaria, no âmbito da presente contratação, poderão ser remanejados pelo gestor do contrato, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Quinto - Não configura responsabilidade do município de São Pedro da Aldeia contratar a totalidade do valor indicado na estimativa do valor da presente contratação, sendo certo que a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando o CONTRATANTE adstrito a qualquer consumo ou cota mínima.

Parágrafo Sexto - A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, durante todo o período de vigência contratual, os veículos que vierem a ser incorporados à frota do CONTRATANTE seja por aquisição, doação, cessão de uso ou locação.

Parágrafo Sétimo - O Combustível GASOLINA engloba os produtos COMUM e ADITIVADA.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA deverá disponibilizar em sua plataforma a relação atualizada dos postos que integram a rede credenciada, que deverá conter: nome fantasia, razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo e telefone.

Parágrafo Nono - Todos os postos que integram a rede credenciada, disponibilizada para atender à frota do município de São Pedro da Aldeia, deverão estar devidamente equipados para realizar transações de acordo com a solução tecnológica adotada pela CONTRATADA, especialmente quanto ao modelo de cartão fornecido aos veículos.

Parágrafo Décimo - Os valores dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, ou do valor negociado diretamente com o estabelecimento, caso essa possibilidade tenha sido efetivada.

Parágrafo Décimo Primeiro - A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes dos abastecimentos efetivamente realizados, não respondendo o município de São Pedro da Aldeia solidária ou subsidiariamente por este pagamento.

Parágrafo Décimo Segundo - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, de forma presencial ou à distância, programa de capacitação de pessoal para o(s) gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema, num total de 05 (cinco) pessoas, incluindo:

- a) Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito;
- b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- d) Aplicação prática do Sistema; e
- e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

Parágrafo Décimo Terceiro - A CONTRATADA disponibilizará (via internet ou outro meio eletrônico) informações mensais dos preços praticados nos postos que abasteceram a frota, em R\$/Litro, por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, identificando o posto de abastecimento.

Parágrafo Décimo Quarto - Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas como: falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, do qual conste informação do número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Quinto - A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de

atendimento que permita o acesso através de ligação local, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

Parágrafo Décimo Sexto - A CONTRATADA deverá fornecer os cartões magnéticos com microchip e/ou tarja magnético no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de início indicada no Termo de Autorização de Início de Serviços.

Parágrafo Décimo Sétimo - Os valores eventualmente despendidos de forma indevida por meio do cartão, em decorrência de abastecimento realizado por pessoal e/ou veículo não autorizado, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, uma vez que lhe compete a verificação prévia e obrigatória dos requisitos mínimos de segurança antes da autorização do abastecimento, tais como, entre outros, a identificação do veículo, conferência da placa, registro da quilometragem do último abastecimento, validação do usuário autorizado e a adoção dos demais mecanismos de segurança previstos.

Parágrafo Décimo Oitavo - Com base na Nota Técnica nº 8/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a CONTRATADA deverá observar os seguintes requisitos de desempenho (SLA – Service Level Agreement) no fornecimento e operação do sistema informatizado de gestão de abastecimento:

Indicador	Meta Mínima	Fórmula de Cálculo	Notas
Disponibilidade do sistema (Web e App)	≥ 99% mensal	$DISP = (TH - TI) / TH \times 100$ Onde: TH = Total de horas do mês TI = Tempo de indisponibilidade não programada	Excluem-se interrupções programadas com aviso prévio
Tempo médio de resposta do sistema	≤ 3 segundos por operação	$TMR = \sum TRI / n$ Onde: TRI = tempo de resposta de cada operação = número de operações testadas	Medido em ambiente padrão de rede
Tempo máximo para suporte técnico (resolução de chamados)	≤ 4 horas úteis após abertura	$TMST = \sum TS / n$ Onde: TS = tempo decorrido até a resolução = número de chamados no mês	Atendimento via canal oficial de suporte
Tempo máximo para substituição de cartão defeituoso	≤ 7 dias úteis	$TMSC = \sum TD / n$ Onde: TD = tempo entre solicitação e entrega do novo cartão = número de substituições	Conforme item já previsto no TR
Atualização de relatórios e dados transacionais	D+1 (dia útil seguinte)	Avaliação qualitativa (cumprimento do prazo)	Deve ser garantida a atualização diária no sistema

Parágrafo Décimo Nono - O não atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste contrato sujeitará a CONTRATADA à aplicação de penalidades proporcionais, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As penalidades previstas nesta cláusula têm natureza de contramedida destinada a assegurar a adequada prestação dos serviços e a continuidade da atividade

administrativa. As sanções previstas no item 8.2 e seguinte do Termo de Referência (**Anexo I**), observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Vigésimo - A taxa de administração, calculada pela Comissão de Análise e Captação de Preços, a ser aplicada sobre o montante de combustíveis utilizados no mês pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ é de 1,57%.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - A taxa de administração a ser cobrada pela CONTRATADA, incidente sobre o montante referente aos produtos e serviços utilizados pelo município de São Pedro da Aldeia, deverá ser apresentada em termos percentuais com, no máximo, duas casas decimais.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Na taxa de administração deverão estar incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente componham o objeto licitado, a exemplo de: instalação ou disponibilização de sistemas, instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, dispositivos eletrônicos, magnéticos ou de tecnologia similar, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de operação, demais insumos, impostos, transporte, mão-de-obra, enfim, demais despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - É vedada à rede de postos credenciados a cobrança de valores superiores aos ordinariamente praticados aos demais consumidores finais no momento do abastecimento. Os preços cobrados da Administração Pública, em cada operação de abastecimento, deverão corresponder ao preço à vista de bomba vigente no respectivo estabelecimento no momento da transação, sendo vedada a adoção de preços diferenciados, majorados ou mais onerosos para os abastecimentos vinculados ao contrato administrativo.

Parágrafo Vigésimo Quarto - A Administração contratante poderá realizar fiscalização permanente e concomitante dos preços praticados pelos postos credenciados, inclusive mediante consulta ao sistema de gerenciamento e confronto com os preços à vista afixados nas bombas, podendo determinar a substituição de qualquer estabelecimento que pratique preços em desconformidade com o disposto nesta cláusula.

Parágrafo Vigésimo Quinto - Como parâmetro auxiliar de aferição da razoabilidade dos preços praticados pela rede credenciada, a Administração poderá utilizar os preços médios dos combustíveis divulgados periodicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o município de São Pedro da Aldeia/RJ e região, especialmente como instrumento complementar de controle da economicidade contratual e mitigação de riscos de sobrepreço durante a execução da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução é prestação de serviço pelo critério de julgamento de menor preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/2019, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 20xx.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
